

JUVENTUDE E ADESÃO À DEMOCRACIA  
NO SUL DE MINAS GERAIS

*JUVENTUD Y ADHESIÓN A LA DEMOCRACIA  
EN EL SUR DE MINAS GERAIS*

*YOUTH AND ADHERENCE TO DEMOCRACY  
IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS*

*Marcelo Rodrigues CONCEIÇÃO\**

*Luís Antonio GROppo\*\**

*Odair SASS\*\*\**

**RESUMO:** A pesquisa ‘A identidade sul-mineira’ produziu dados relevantes sobre a adesão à democracia no Sul de Minas Gerais, de acordo com as diferentes faixas etárias. Esses dados permitem interrogar até que ponto as pessoas mais jovens têm demonstrado maior adesão à democracia nesta região em comparação com faixas etárias mais velhas e como os jovens se relacionam com as principais instituições da democracia representativa, em destaque eleições e partidos. O artigo realiza esta discussão e análise após apresentar um levantamento bibliográfico sobre juventude e adesão à democracia. Entre os resultados, destaca-se que há uma indicação de que a adesão dos jovens sul-mineiros é superior às dos demais grupos etários, mas sem comprovação estatística para tal. A desconfiança nas instituições mais tradicionais da democracia é grande, e a falta de compreensão sobre a diferença entre política e governo parece deixar de fora maiores possibilidades de aproximação com os governantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude. Democracia. Sul de Minas Gerais.

---

\* Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), MG, Brasil. Doutor e mestre em Educação (PUC-SP), graduado em Ciências Sociais (Unimarc). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0277-749X>. Contato: [marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br](mailto:marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br).

\*\* Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), MG, Brasil. Doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia (Unicamp), graduado em Ciências Sociais (USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>. Contato: [luis.groppo@unifal-mg.edu.br](mailto:luis.groppo@unifal-mg.edu.br).

\*\*\* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), SP, Brasil. Psicólogo, doutor e mestre em Psicologia Social (PUC-SP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1803-0297>. Contato: [odairsass@pucsp.br](mailto:odairsass@pucsp.br).

**RESUMEN:** *La investigación 'Identidad del Sur de Minas Gerais' produjo datos relevantes sobre la adhesión a la democracia en el Sur de Minas Gerais según diferentes grupos de edad. Estos datos nos permiten cuestionar hasta qué punto los jóvenes han demostrado un mayor apoyo en esta región en comparación con los grupos de mayor edad y cómo se relacionan los jóvenes con las principales instituciones de la democracia representativa, en particular las elecciones y los partidos. El artículo realiza esta discusión y análisis después de presentar un estudio bibliográfico sobre juventud y adhesión a la democracia. Entre los resultados, vale destacar que hay indicios de que la adherencia de los jóvenes del sur de Minas Gerais es mayor que la de otros grupos etarios, pero sin evidencia estadística para ello. La desconfianza en las instituciones más tradicionales de la democracia es grande, y la falta de comprensión sobre la diferencia entre política y gobierno parece dejar fuera mayores posibilidades de acercamiento con quienes están en el poder.*

**PALABRAS CLAVE:** *Juventud. Democracia. Sur de Minas Gerais.*

**ABSTRACT:** *The research 'Southern Minas Gerais identity' produced relevant data on adherence to democracy in the South of Minas Gerais according to different age groups. These data allow us to question the extent to which younger people have demonstrated greater support in this region compared to older age groups and how young people relate to the main institutions of representative democracy, particularly elections and parties. The article carries out this discussion and analysis after presenting a bibliographical survey on youth and adherence to democracy. Among the results, it is worth highlighting that there is an indication that the adherence of young people from the South of Minas Gerais is higher than that of other age groups, but without statistical evidence for this. Distrust in the most traditional institutions of democracy is great, and the lack of understanding about the difference between politics and government seems to leave out greater possibilities of approaching those in power.*

**KEYWORDS:** *Youth. Democracy. South of Minas Gerais.*

## **Introdução**

Desde ao menos as Jornadas de 2013, o Brasil foi sacudido por uma série de protestos de rua. Essas manifestações deram sequência a uma série de outras, parte delas progressistas, como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016, parte

delas com conotações conservadoras, que ganharam as ruas nesses mesmos anos demandando o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, seguidos das eleições, em 2018, com evidente tendência à direita, nas esferas nacional e estaduais, dos poderes executivos e legislativos. A democracia representativa e suas instituições, que pareciam consolidadas, viram-se seriamente questionadas, tanto com argumentos político-ideológicos de esquerda quanto de direita. As grandes manifestações de rua, que pareciam um fenômeno passado, voltaram a ser centrais na vida política, ao menos até antes da pandemia da Covid-19, enquanto um acirramento político até então inusual no período pós-ditadura passou a marcar a vida social, adentrando até mesmo o cotidiano das pessoas e suas famílias.

Uma das questões prementes interroga sobre a estabilidade e a consistência da adesão da população brasileira aos valores da democracia representativa, diante do fato de que vivemos, desde o fim do regime ditatorial militar e civil, em um período ininterrupto – ao menos até o impeachment de 2016 – de governos eleitos democraticamente e um mínimo de garantias democráticas preservadas e respeitadas pelas instituições políticas<sup>1</sup>. A pergunta, que parecia ter resposta mais simples antes de 2013, passa a ganhar respostas mais complexas e sinuosas desde então, destacando-se a eleição de um presidente e de uma série de ocupantes de diversos cargos eletivos com discursos largamente antidemocráticos.

Uma série de *surveys* têm sido realizados sistematicamente no Brasil e em outros países a respeito da adesão da população à democracia. Uma questão chave nesses *surveys*, padronizada, foi incluída no roteiro da pesquisa *A identidade sul-mineira: diagnóstico cultural, social, político e econômico do Sul de Minas Gerais*<sup>2</sup>. A questão perguntava se a pessoa considerava a democracia como a melhor forma de governo em qualquer situação. Essa pergunta é aqui considerada como a porta de entrada para conhecer o grau de adesão à democracia da população sul-mineira, considerando principalmente as diferenças entre as faixas etárias. Partimos da hipótese de que as juventudes tendem a aderir mais à democracia, considerando os últimos resultados eleitorais por faixa etária (com jovens tendendo a votar menos em candidatos de extrema-direita com discursos antidemocráticos) (PODER360, 2023) e a participação de jovens em manifestações progressistas desde 2013. A pesquisa citada acima (PODER360, 2023), assim como outras pesquisas acerca de diversas temáticas sociais, se utilizam da faixa etária compreendida entre 16 e 24 anos, como o estudo em tela decidiu utilizar. Apesar de o Estatuto da Juventude de 2013 (Brasil, 2013) indicar como jovens a faixa etária de 15 a 29 anos, do ponto de

<sup>1</sup> Para os fins deste artigo, adota-se a definição de Robert Dahl sobre democracia, a qual deve atender a critérios referentes à igualdade política, competitividade eleitoral e responsabilidade pública (Dahl, 2009).

<sup>2</sup> A pesquisa foi desenvolvida pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e contou com a participação de docentes de diversos cursos da Instituição.

vista sociológico, a categoria etária juvenil até 24 anos, para países como o Brasil, ainda delimita melhor o final de experiências tipicamente juvenis, como os estudos (considerando a educação superior), a falta de autonomia financeira, a moradia com os pais e responsáveis e a vivência de sociabilidades juvenis. Destaca-se ainda que o voto é facultativo somente a partir dos 16 anos.

## **A metodologia da pesquisa de campo**

O Sul de Minas, de acordo com a divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2017), é compreendido por 162 municípios localizados nas regiões intermediárias de Pouso Alegre e Varginha, que ainda estão divididas em 15 regiões imediatas, sendo cinco pertencentes à região intermediária de Pouso Alegre e dez à de Varginha. As regiões imediatas e a quantidade de municípios em torno delas são as seguintes: Pouso Alegre (34); Poços de Caldas (8); Itajubá (14); São Lourenço (16); Caxambu-Baependi (8); Varginha (5); Passos (15); Alfenas (13); Lavras (14); Guaxupé (9); Três Corações (6); Três Pontas-Boa Esperança (5); São Sebastião do Paraíso (5); Campo Belo (5); Piumhi (5).

A população da região, estimada para a pesquisa, era de aproximadamente 2.900.000 moradores, segundo dados de estimativa populacional do IBGE de 2021. A partir dessa estimativa, a amostra foi calculada em 1.320 casos, com margem de erro de 2,7 pontos percentuais e o intervalo de confiança de 95%. Na sequência foram definidos os 20 municípios, de maneira a atender todas as divisões regionais apontadas pelo IBGE (2017) para o Sul de Minas.

A definição por vinte municípios se baseou na localização da Universidade e na intenção em cobrir toda a região, em relação à definição geográfica do agrupamento dos municípios efetuadas pelo IBGE. Quatro municípios foram escolhidos intencionalmente: Alfenas, Poços de Caldas e Varginha, onde a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) possui estrutura física, e Pouso Alegre, por ser o principal município da região intermediária a qual pertence. O sorteio dos outros 16 municípios foi realizado de forma aleatória simples, a fim de garantir que todas as 15 regiões imediatas fossem contempladas. A amostra, além da abrangência regional, foi estratificada por sexo, renda familiar, faixa etária e escolaridade, tomando por base os dados do Censo demográfico de 2010. Pelos dados de 2010, a população compreendida entre 16 e 24 anos representava 14,88%. Os jovens com tal faixa etária, que responderam à pesquisa, representaram 16,1% dos entrevistados, conforme indica a tabela 1.

**Tabela 1** – Distribuição das entrevistas por faixa etária

Faixa etária	N	%
16 a 24 anos	213	16,1
25 a 34 anos	260	19,7
35 a 44 anos	264	20,0
45 a 54 anos	213	16,1
55 a 64 anos	246	18,6
65 ou mais anos	124	9,4
<b>Total</b>	<b>1320</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa *A identidade sul-mineira*, UNIFAL-MG, 2022.

A pesquisa *A identidade sul-mineira* abrangeu diversos aspectos sobre a cultura, economia, política, religião, trabalho, direitos humanos e características regionais. Dentre as perguntas, a principal para este trabalho foi sobre forma de governo. Tal questão foi apresentada da seguinte forma:

Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Eu vou ler duas afirmações e gostaria de saber qual delas é mais parecida com sua forma de pensar. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia (UNIFAL-MG, 2022, n.p.).

Havia a possibilidade de a resposta ser **tanto faz**, mas quando ocorreu foi de forma espontânea e não estimulada. Não havia possibilidade de responder que não concordava com nenhuma das afirmações.

Outras perguntas que auxiliam nas análises se referem: a) às formas de entendimento dos jovens sobre a importância das eleições, da organização política e da compreensão sobre política e governo; b) e o nível de confiança (alguma, muita, total, pouca ou nenhuma) em organizações e grupos sociais (religiosos, movimentos sociais, Polícia Federal [PF], eleições, partidos políticos, Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Câmaras Municipais, Presidência da República, Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeituras Municipais e Supremo Tribunal Federal [STF]).

Diante do exposto, duas indagações norteiam as análises deste artigo: Quais são as semelhanças e diferenças das formas de adesão à democracia indicadas pelos jovens sul-mineiros? Quais elementos institucionais e sociais são mobilizados pela juventude do Sul de Minas?

Além das perguntas realizadas na pesquisa, especificamente para esse artigo foi realizado um levantamento bibliográfico com as palavras-chave ‘juventude’ e ‘democracia’. Os produtos selecionados foram cotejados entre si e com obras que têm tratado da atuação de jovens em movimentos sociais contemporâneos no Brasil. Produzimos assim categorias de análise dos dados da pesquisa. Esta discussão do levantamento e das categorias de análise é realizada no próximo item.

No terceiro item, analisamos os dados da pesquisa referentes à adesão à democracia, considerando as diferentes faixas etárias. No quarto item, os dados tratam do quanto os jovens confiam nas principais instituições da democracia representativa, em destaque eleições e partidos. Fecham o artigo as considerações finais, com os principais resultados sintetizados.

## **Juventude e democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações**

No levantamento bibliográfico com uso dos descritores “juventude” e “democracia”, no Scielo e no Portal de Periódicos da Capes, encontramos 117 produtos. Entre eles, seis produtos se destacaram, em sua possível contribuição para o tema deste artigo, já que abordavam especificamente a adesão à democracia entre jovens.

O primeiro, de Borba e Ribeiro (2021), aproxima a adesão à democracia à educação escolar. O artigo testa as expectativas de que o aumento do acesso à escolarização traria como efeito a ampliação da ‘adesão da população à democracia’. Faz isso por meio de técnicas de análises de séries temporais e modelos logísticos de dados de pesquisa de opinião, considerando o período entre 1998 e 2018. O artigo conclui que não há evidências nesses dados de que houve ampliação do apoio à democracia entre a população do país, que fatores de curto prazo têm relevante impacto no apoio e satisfação com a democracia e, enfim, que o principal efeito da educação escolar se percebe na ‘adesão normativa à democracia’. No que se refere à faixa etária, ou autores utilizaram de 16 a 24 anos, o mesmo intervalo, como mencionado anteriormente, para as análises aqui apresentadas.

Para chegar a tais conclusões, Borba e Ribeiro (2021) desenvolvem uma interessante discussão conceitual e teórica, contribuindo para a construção de categorias de análise que serão relevantes para este artigo. Partem do conceito de legitimidade de David Easton, definida como “apoio conferido pela cidadania a um regime político” (Borba; Ribeiro, 2021, p. 2), o qual possui dois níveis: o ‘apoio difuso aos valores básicos’ (que se trata de uma dimensão mais normativa e mais ligada à socialização política); e o ‘apoio específico quanto ao funcionamento’ concreto das instituições e ao desempenho de quem as operam. O artigo busca considerar uma perspectiva longitudinal de legitimidade do regime democrático,

avaliando os prognósticos de teorias da ‘socialização política’ (que defendem que o processo de aprendizado da democracia produz um legado consistente) e as teorias do ‘desempenho democrático’ (em que o apoio está relacionado à capacidade do regime produzir resultados, sejam esses na forma de bens democráticos – como a liberdade –, ou na forma de bens tangíveis, como crescimento econômico). A respeito dos ‘efeitos da educação escolar’ na adesão à democracia, as pesquisas e as teorias têm afirmado que eles são positivos, mas que decrescem ao longo do tempo, ainda que a escolarização se torne cada vez mais importante para a própria permanência da democracia – que tende a trazer mais e mais ‘desafios informacionais e cognitivos’ aos indivíduos conforme se aprimora.

Na análise dos dados, Borba e Ribeiro (2021) consideraram três principais medidas, avaliando as pesquisas de opinião entre 1998 e 2018: a ‘adesão à democracia’ (a partir da questão apresentada na introdução sobre a desejabilidade da democracia em qualquer situação); a ‘importância dos partidos na democracia’ (a partir de questão sobre a viabilidade de uma democracia sem partidos); e o ‘grau de satisfação com a democracia’. Enquanto o grau de satisfação com a democracia demonstra em sua trajetória tendência à redução, e a defesa da democracia sem partidos cresce mais no início do período para depois se manter estável, a adesão à democracia (considerada como o melhor regime em qualquer situação) tem uma trajetória sem tendências nítidas, com muitas oscilações.

Paradoxalmente, enquanto em 2018 era eleito um presidente de extrema direita, a taxa de adesão à democracia foi a maior na história. Para Borba e Ribeiro (2021), isso poderia ser explicado pela hipótese do ‘realinhamento político’ de Russel Dalton, quando uma profunda clivagem ideológica e cultural (o acirramento político-ideológico ao menos desde 2015) reorganiza os vínculos entre eleitores e partidos.

Já o artigo de Fucks *et al.* (2016) destacou que adesão à democracia no Brasil deve ser compreendida por uma perspectiva multidimensional, ou seja, as pessoas aderem aos diferentes princípios específicos da democracia, não simplesmente aderem a ela ou não. Analisando dados sobre pessoas que se declaram democratas, se percebe que esta adesão é mais forte em sua dimensão participativa, e menos relevante nas dimensões procedimental e representativa. O artigo de Gimenes e Borba (2019) chega a resultados semelhantes, que desafiam análises que consideram os dados de adesão à democracia de forma taxativa.

Casalecchi e Vieira (2021), ao analisarem a participação política como um dos pilares da democracia, partem das constatações de haver diminuição e até insatisfação com o sistema representativo e, conseqüentemente, queda da participação nos mecanismos tradicionais como ações partidárias e o voto. Os autores analisam se haveria, pelo aumento da participação em canais de mídias, um debate qualificado que teria se deslocado de instâncias, um ativismo digital político. Dentre os dados



analisados, extraídos do Barômetro das Américas de 2018, por meio da criação de indicadores de intensidade de ativismo digital e suas possíveis influências sobre os valores da democracia, está a questão acerca da democracia como melhor forma de governo. A principal conclusão a que chegaram “é que o ativismo digital não exerce efeito estatisticamente significativo sobre a adesão à democracia” (Casalecchi; Vieira, 2021, p. 140).

Especificamente sobre a relação entre faixas etárias e adesão à democracia, encontramos dados relevantes em Del Porto (2012) e Paulino (2016). Ambos os trabalhos partem do questionamento a respeito de como o fato de viver em dois regimes diferentes ao longo da vida – ditatorial e democrático – afetaria a adesão à democracia, em comparação com a geração que viveu apenas a democracia. Del Porto (2012) analisa *surveys* que abrangem o período entre 1989 e 2006 no Brasil, enquanto Paulino (2016) faz uso de dados do Barômetro das Américas em 2012, sobre 17 países da América Latina, incluindo o Brasil. Del Porto (2012) afirma que não há diferenças marcantes entre as gerações, mas que há impacto da escolarização na preferência pela democracia entre quem viveu a sua juventude já no período da redemocratização. Já a análise de Paulino (2016) sobre o Brasil afirma que a geração que viveu apenas após a redemocratização adere menos à democracia (quase 64%) do que a geração que viveu sua juventude na ditadura (quase 71%); o Brasil repete a tendência dos demais países latino-americanos analisados, em que a geração que viveu nos dois regimes tende a apresentar maior adesão à democracia.

Aos trabalhos acima, que destacam dados quantitativos e de larga escala populacional e temporal, com conceitos oriundos principalmente da ciência política, cotejamos obras que tratam da juventude em uma perspectiva mais sociológica, em diversos casos destacando dados qualitativos. Entre elas, as que aplicam conceitos do campo da socialização política (Baquero, Baquero, Morais, 2016; Baquero, Baquero, 2014), assim como, mais recentes, os que fazem uso do conceito de subjetivação política (Castro, 2016, 2008). Para este artigo, contudo, consideramos mais relevante comentar a respeito de trabalhos que tratam da atuação de jovens do Brasil contemporâneo em movimentos sociais. Esses movimentos têm anunciado expectativas de parte das juventudes por um aprofundamento da democracia e um desejo de maior participação nos processos decisórios. Eles dialogam e, na verdade, desafiam os prognósticos dos artigos comentados inicialmente a respeito da adesão à democracia, bem como os artigos sobre socialização política (pessimistas em relação à vinculação democrática das juventudes); se aproximam, assim, mais da perspectiva da subjetivação política. Conhecendo estas expectativas de jovens em movimentos sociais, cabe questionar, com base nos dados, se os jovens do Sul de Minas compartilham delas, e até que ponto.

Groppo e Silveira (2020) desenvolveram a noção de dialética da condição juvenil, a qual teria sido reafirmada por recentes movimentos estudantis como



as ocupações secundaristas em 2015 e 2016, assim como pela intensa atuação de jovens nos grandes protestos das Jornadas de 2013. A dialética da condição juvenil considera que as juventudes guardam o potencial de irromper contra os percursos de socialização determinados pelas gerações mais velhas e as instituições sociais, experimentando valores sociais, práticas e formas de organização alternativas ou mesmo rebeldes – o que, para Karl Mannheim (1982), é um rico cabedal de inovações sociais. Algumas unidades de geração juvenil desenvolvem valores e comportamentos radicais progressistas, revelando limites e contradições do período que ficou conhecido como ‘lulismo’ (os governos do Partido dos Trabalhadores [PT], entre 2003 e 2016), assim como propondo um aprofundamento da experiência democrática participativa.

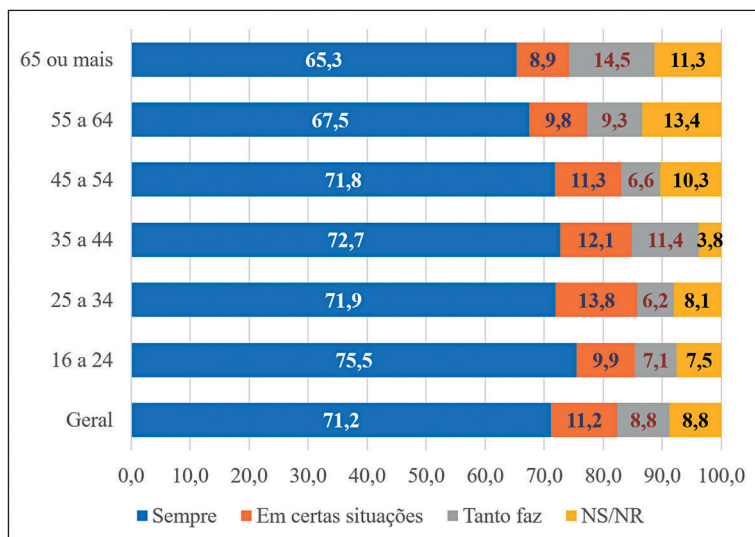
Outras unidades de geração juvenis, entretanto, teriam enveredado para uma adesão a outro extremo político-ideológico, a vertente conservadora e de extrema-direita que, inclusive, ganhou as eleições presidenciais de 2018 e tornou-se relevante força política em nosso país nos últimos anos. Para Pinheiro-Machado (2019) e Silveira e Groppo (2019), entretanto, há uma relevante dimensão de gênero nestas distintas adesões político-ideológicas das juventudes brasileiras: as mulheres tendem a ser mais progressistas, enquanto os homens tendem a ser mais conservadores. Mesmo a clivagem de classe, tão potente, é desafiada pelo viés de gênero nesta adesão política, quando Pinheiro-Machado e Scalco (2018), em suas etnografias nas periferias da capital gaúcha, flagram as meninas dirigindo a ocupação de sua escola, enquanto os meninos da mesma turma aderem à extrema-direita.

Portanto, é importante analisar como os jovens sul-mineiros apresentaram suas perspectivas em relação à adesão à democracia, à legitimidade conferida a um regime de governo, os níveis dessa adesão (difuso-normativo ou específico-concreto) e as influências do processo vivenciado em relação à educação, socialização e concretude dos aspectos do regime. Além disso, as medidas relacionadas à adesão, aos partidos e às instituições podem revelar as características acerca do entendimento dos jovens sobre o regime político.

## **Adesão à democracia entre as faixas etárias**

Ao analisar os dados sobre adesão à democracia, temos a seguinte indicação, de acordo com o gráfico 1.

**Gráfico 1** – Democracia como melhor forma de governo, segundo faixas de idade (%)



**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa *A identidade sul-mineira*, UNIFAL-MG, 2022

Os dados parecem indicar haver maior propensão de jovens que consideravam ser a democracia a melhor forma de governo, pois o percentual dos que assim o fizeram é maior que o das demais faixas, com pouco mais de 75%, quase quatro pontos a mais do que o valor da população geral, que foi de 71,2. Apesar disso, cabe ressaltar que pelo fato de haver uma margem de erro de 2,7 pontos percentuais (p.p.), a diferença não é estatisticamente significativa. Nas quatro faixas etárias compreendidas entre 16 a 54 anos, houve intervalos entre os valores máximos e mínimos, calculados com as margens de erros, que indicaram não ser possível afirmar que há diferenças estatisticamente significativas entre as opiniões dessas faixas etárias. No entanto, chama a atenção a tendência geral indicar que a adesão à afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo é inversa à faixa etária, pois, a primeira decresce à medida que os grupos etários ficam mais velhos.

Agora, se somarmos os percentuais daqueles que indicaram que a democracia seria a melhor forma com o daqueles que indicaram ser a melhor em certas situações, teríamos valores bem próximos para as quatro faixas etárias, com idades entre 16 a 64 anos: 85,4; 85,8; 84,8 e 83,1, respectivamente.

Portanto, observa-se que é relativamente alta a frequência de pessoas que consideram ser ‘a democracia sempre a melhor forma de governo’, independentemente da idade, visto que 939 das 1320 respostas, ou 71,2% da amostra total, afirmam isso. Em contrapartida, chama a atenção que 116 pessoas, correspondente a 8,8%

da amostra, terem assinalado ‘não saber’ ou ‘não terem respondido’ sobre um tema tão relevante para os brasileiros

Em linhas gerais a amostra contemplou uma distribuição proporcional entre as faixas etária, com variação entre 16% e 20% da amostra, entre as faixas até 64 anos, e apenas a última faixa com percentual menor, 9,4%.

A fim de verificar se as variáveis Democracia e Idade são independentes ou dependentes, foi efetuada a prova estatística  $\chi^2$  (‘quadrado’). O resultado obtido é  $\chi^2 = 34,050$ , com 20 g.l., que é significativa para  $\alpha \leq 0,026$ , portanto pode-se concluir, com risco menor do que 2,6%, que Democracia e Idade são dependentes. Por óbvio que pareça, vale registrar que a relação de dependência entre democracia e idade é de associação ou correlação, não de causalidade, visto que a primeira varia conforme a faixa etária, mas não faz sentido supor que o valor atribuído à democracia exerça alguma influência sobre a idade.

Como a hipótese de dependência entre as variáveis foi aceita com alta probabilidade de ser verdadeira, 97,4%, cabe aferir a força dessa associação. Nesse caso, calculada pelo coeficiente de contingência (C), para variáveis categóricas faixa etária e melhor forma de governo, que, para os resultados obtidos, é  $C = 0,159$ , é indicada uma associação moderada, visto que C varia de 0 (mínimo) a 1 (máximo).

Ao analisarmos especificamente os jovens<sup>3</sup>, no que se refere ao sexo e à escolaridade, encontramos alguns aspectos a se refletir.

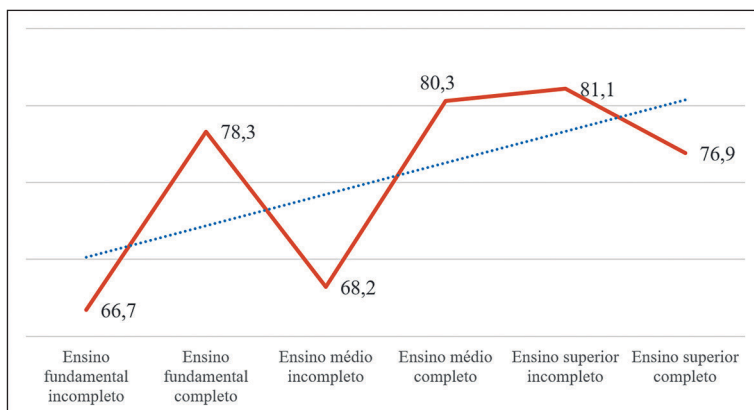
Em relação ao sexo e à indicação de a democracia ser sempre a melhor forma de governo, não houve diferença a ser ressaltada: as jovens tiveram um percentual de 74,8 e os jovens de 75,7. Isso vai de encontro à indicação de Silveira e Groppo (2019) e de Pinheiro-Machado e Scalco (2018) de as mulheres jovens tenderem a ser mais progressistas.

Em relação à escolaridade, há um aumento nas taxas de adesão dos jovens, que passam de 66,7%, para os que têm ensino fundamental incompleto, e atingem os 81% para os que têm até o ensino superior incompleto.

---

<sup>3</sup> Entre 213 jovens, o perfil foi o seguinte: sexo: 102 homens e 111 mulheres. Para renda familiar: até dois salários-mínimos – 73; mais de dois até cinco – 97; mais de cinco até dez – 34 e acima de dez - 8. Em relação à escolaridade: Ensino fundamental incompleto – 30; fundamental completo – 22; médio incompleto – 43; médio completo – 67; superior incompleto 37 e superior completo 14.

**Gráfico 2** – Relação entre escolaridade e adesão à democracia de jovens sul-mineiros (%)



**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa *A identidade sul-mineira*, UNIFAL-MG, 2022.

Entretanto, conforme indica o gráfico 2, há variação entre a ascensão escolar e a adesão à democracia. Após crescer entre as duas primeiras faixas dos níveis menos escolarizados, cai no ensino médio incompleto para 68,2, e volta a subir nos níveis posteriores, ensino médio completo e superior incompleto, para cair a quase 77% no nível mais elevado, que é o superior completo. Os dados da pesquisa sobre o Sul de Minas, nesse sentido, não referendam a afirmação de Borba e Ribeiro (2021), de que pode haver a relação da educação escolar com a permanência da democracia.

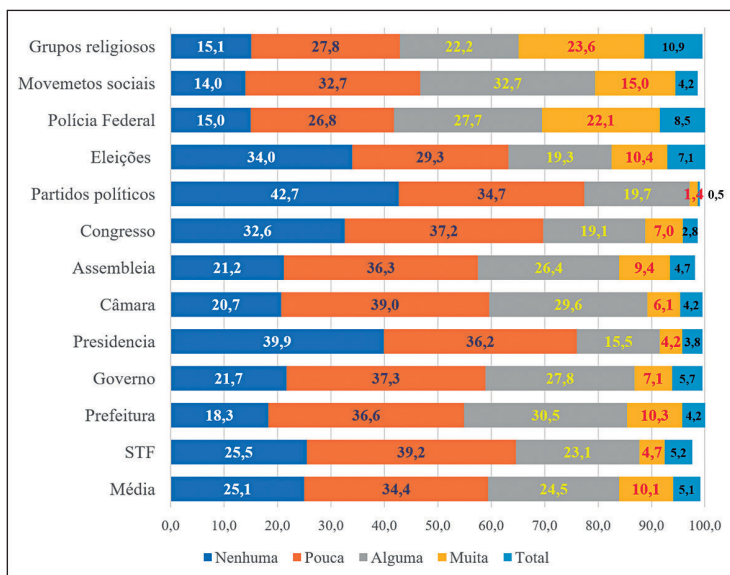
Apesar de não ser possível afirmar taxativamente que os jovens sul-mineiros consideram, mais do que outros grupos etários, ser a democracia a melhor forma de governo sempre, parece haver uma especificidade da região em comparação com outras pesquisas sobre o tema no país, em que a tendência foi a de que adultos apresentassem percentuais superiores aos dos jovens em relação à democracia como melhor forma de governo.

Portanto, a pesquisa *A identidade sul-mineira* identificou uma situação diferente na região, em 2022, em relação à análise de Paulino (2016), que afirmou que no Brasil a geração que viveu apenas após a redemocratização adere menos à democracia (quase 64%) do que a geração que viveu sua juventude na ditadura (quase 71%), mesma tendência dos demais países latino-americanos analisados, em que a geração que viveu nos dois regimes tende a apresentar maior adesão à democracia.

## Confiança nas instituições

A indicação de os jovens do Sul de Minas considerarem ser a democracia sempre a melhor forma de governo foi avaliada também em relação ao nível de confiança que havia em instituições e mecanismos empregados para o seu exercício, conforme o Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Nível de confiança dos jovens nas instituições (%)



**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa *A identidade sul-mineira*, UNIFAL-MG, 2022.

Os jovens indicaram não confiar nada nos partidos políticos e na presidência, com índices de 42,7 e 39,9% respectivamente. Ainda indicaram ter pouca confiança nessas esferas 34,7 e 36,2% respectivamente, o que eleva os patamares de desconfiança para algo superior aos 70% para as duas instituições. Apenas 0,5% afirmou ter confiança total nos partidos políticos e 1,4% ter muita confiança. Os jovens indicaram ter muita ou total confiança, com percentuais acima dos 30%, apenas nos grupos religiosos e na Polícia Federal (PF).

De forma geral, parece que havia um grau de desconfiança sobre os partidos políticos e a presidência, desconfiança que vai diminuindo em relação aos demais atores e espaços da política, como as câmaras e os poderes estadual e municipal. Entre esses, a prefeitura apresentava o maior índice de confiança, embora a diferença seja muito pequena em relação aos demais, com 30,5%. Nessa mesma indicação apareciam os movimentos sociais, com mais de 32% de alguma confiança.

Chama a atenção o fato de as eleições, tão centrais nos processos democráticos, serem avaliadas com desconfiança, pois 34% dos jovens indicaram não ter nenhuma confiança e 29,3% pouca confiança. Como não se questionou os motivos da desconfiança, é importante considerar que ela pode se dar tanto em relação ao processo eleitoral em si, quanto em relação ao que ocorre com os governos no exercício efetivo dos mandatos, concedidos pelas eleições.

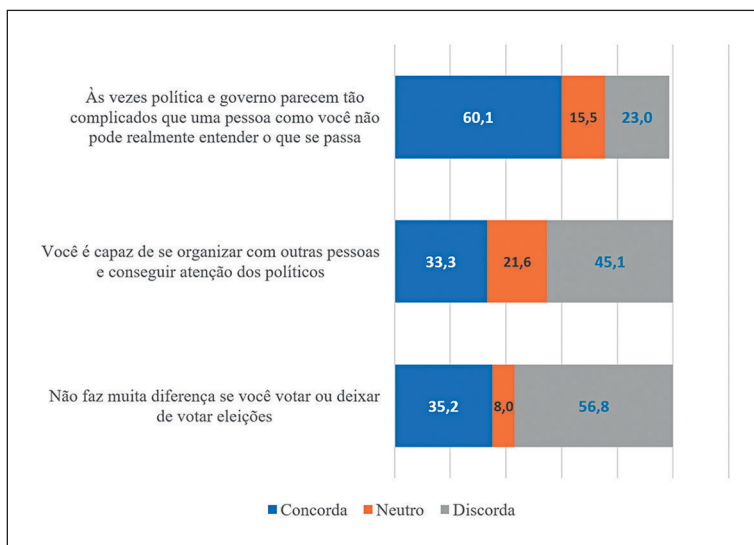
Os dados apresentados sugerem que, no Sul de Minas, os jovens têm uma relação mais normativa com a democracia, conforme destaca Fucks *et al.* (2016), pois a adesão está mais relacionada aos valores e princípios do regime do que efetivamente à forma como se desenvolve, no que se refere às instituições partidárias, por exemplo. A tendência de redução da importância dos partidos para o regime democrático, conforme apontam Borba e Ribeiro (2001), é indicada pelos baixos níveis, na realidade quase nenhum, de confiança dos jovens sul-mineiros nos partidos políticos.

Os jovens do Sul de Minas indicaram a legitimidade do regime democrático, pois o apoiam, e de acordo com Borba e Ribeiro (2021), o fariam no nível de apoio aos valores básicos, de forma mais difusa e relacionada à socialização política do que efetivamente a um apoio específico associado ao funcionamento das instituições e ao desempenho dos operadores; isso distancia tal apoio à democracia das dimensões procedimentais e representativas, aparentemente em favor das dimensões participativas.

Os dados da pesquisa *Identidade sul-mineira* indicam haver, conforme destacaram Casalecchi e Vieira (2021), diminuição da participação política, mas não é possível afirmar, pelos dados apresentados, ter ocorrido um deslocamento para as mídias digitais. O que é perceptível é a desconfiança nas instituições e nas formas tradicionais de representação política e uma confiança em outras instâncias, como a Polícia Federal (PF) e as religiões e, em percentual um pouco menor, nos movimentos sociais.

Talvez a questão seguinte, referente à relação entre governos, política e participação, auxilie a pensar nas dificuldades de se compreender as formas de participação na democracia, de reconhecimento do seu funcionamento e de suas formas de representação. Além da alta desconfiança nas instituições características de um regime democrático, os jovens indicaram percepções e opiniões sobre a crença nas eleições, sobre o propósito de organização para se direcionar aos políticos e o conhecimento e discernimento sobre a relação entre política e governo, conforme o Gráfico 4.

**Gráfico 4** – Grau de concordância dos jovens em relação ao funcionamento da política (%)



**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa *A identidade sul-mineira*, UNIFAL-MG, 2022.

Segundo o Gráfico 4, um pouco mais da metade dos jovens, com idade entre 16 e 24 anos, discorda que não faz diferença entre votar ou não, enquanto um pouco mais de 35% concorda com a indiferença. Tal indicação corresponde à não adesão aos valores normativos. É importante, contudo, destacar que mais de um terço da juventude mostra-se indiferente a uma questão social e política tão relevante.

Já 34% dos jovens se consideraram capazes de se organizar com outras pessoas para conseguir atenção dos políticos e mais de 45% se disseram incapazes de tal movimento. Neste sentido, os jovens de 16 a 24 anos tendem a não buscar o exercício da cidadania por meio de organizações em grupos para negociações ou conversas com políticos. A dificuldade do acesso a essas formas de organização pode ser uma das causas, mas não é desprezível considerar a apatia de alguns grupos ou a falta de entendimento que se tem do funcionamento do sistema, como demonstram os dados sobre o conhecimento a respeito da política e do governo, no mesmo Gráfico 4.

Quase 60% dos jovens indicaram que política e governo são complicados a ponto de não permitir que entendessem a situação que se passa, enquanto 23% indicaram compreender a diferença.

Percebe-se não haver tanta compreensão das maneiras pelas quais o regime democrático opera, em relação às principais intuições que o sustentam, como governo e a organização política de forma geral. Tal aspecto sustenta a adesão ao nível dos



valores básicos da democracia, como um regime legítimo sem, porém, compreender ou outorgar legitimidade às suas principais formas de funcionamento. Nesse sentido, parece ser plausível compreender o elevado grau de importância dada ao voto, com mais de 56%, mesmo com a dificuldade de compreensão das relações entre governo e política para o funcionamento do regime.

Mesmo sendo destacada a tendência à socialização política como forma mais presente de reconhecimento da legitimidade do regime democrático, 1/3 sugere ter condições de se organizar para reivindicações ou atuação junto aos políticos.

## **Considerações Finais**

Os jovens sul-mineiros apresentaram uma tendência de adesão à democracia superior aos demais grupos etários, mas estatisticamente não é possível afirmar que tenderiam a ser mais democratas que os demais. O índice de adesão de jovens sul-mineiros à democracia é superior à média geral da região, assim como à do país, com base em algumas pesquisas<sup>4</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que os dados indicaram haver diferença na adesão dos jovens sul-mineiros à democracia em comparação com as faixas etárias mais velhas, tanto no Sul de Minas quanto no restante do país.

Entretanto, quando se pensa na confiança relatada nas instituições, as principais bases institucionais da democracia representativa, como as eleições e os partidos políticos, não passam confiança entre os jovens sul-mineiros. Dessa forma, parece haver uma adesão mais prescritiva do que normativa, adesão oriunda mais do processo de socialização política do que do conhecimento e do reconhecimento do funcionamento e da importância das instituições no regime democrático. Aqui parece haver semelhança com a tendência apontada por Borba e Ribeiro (2001), de haver um descrédito acerca das instituições democráticas, como os partidos políticos e as eleições.

A dificuldade na compreensão da diferença entre política e governos, bem como certo receio de organizar formas de acesso aos políticos, podem refletir parte das dificuldades de atuação dos jovens sul-mineiros.

Entretanto, há que se considerar novas formas de adesão à democracia, reveladas ou suscitadas durante ações coletivas e ciclos de protesto, quando são acionados processos de subjetivação política. Por outro lado, se os movimentos sociais têm bons índices de confiança entre os jovens, ainda mais têm os grupos religiosos, podendo revelar, o que precisa ser aprofundado por novas pesquisas de caráter

---

<sup>4</sup> Pesquisas do Instituto DataSenado (2023) e do Datafolha (2024) indicaram ser a democracia a melhor forma de governo para 73% e 71% dos brasileiros, respectivamente.

qualitativo, distintas unidades de geração juvenil no Sul de Minas (progressista e conservadora) ou ainda jovens que combinam valores progressistas e conservadores, recriando uma ambiguidade política que tem marcado historicamente as opiniões políticas em nosso país (Pinheiro-Machado, 2019). De toda forma, entre os jovens as instituições mais tradicionais da sustentação democrática, como partidos e eleições, têm muito menos confiança do que movimentos sociais e grupos religiosos nas iniciativas por melhores condições de vida.

## **AGRADECIMENTOS:**

À Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, pelo financiamento da pesquisa por meio de verba parlamentar.

## **REFERÊNCIAS**

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A.; MORAIS, J. A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 989–1008, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166022>. Acesso em: 10 out. 2023.

BAQUERO, R. V. A.; BAQUERO, M. B. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 8, n.2, p. 59-82, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.49726>. Acesso em: 10 out. 2023.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Adesão à democracia e educação escolar no Brasil (1998-2018): considerações a partir das teorias da legitimidade política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e240374, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.240374>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 11 set. 2024.

CASALECCHI, G. Á.; VIEIRA, A. de O. Ativismo digital e valores democráticos: lições a partir da experiência brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 26, n. 50, p. 121-145, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52780/res.14836>. Acesso em: 10 maio 2024.

CASTRO, L. R. de. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 21, n. 1, p. 80–91, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160009>. Acesso em: 5 maio 2019.

CASTRO, L. R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253–268, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>. Acesso em: 5 maio 2019.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DATAFOLHA. Avaliação de um ano e três meses do presidente Lula. 2024. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2024/04/02/hxnnvpz2mvs5msosj0is3f4kz2by6oh2vq5o8expsicveu9ryi2hf0yyqq8m04dljofhtftzif3n6i-ishqd-q.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DEL PORTO, F. B. Jovens da democracia?: valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989 a 2006). Tese (doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, 325 f. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617413>. Acesso em: 10 out. 2023.

FUCKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº19. Brasília, janeiro, 2016, p. 199-219. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161908>. Acesso em: 11 set. 2024.

GIMENES, É.; BORBA, J. Adesão à Democracia e Apartidarismo na América Latina: Análise Multidimensional. **Mediações**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 167-183, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n3p167>. Acesso em: 10 out. 2023.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://10.18315/argumentum.v12i1.30125>. Acesso em: 21 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 12 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 2017. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas). Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em 12 jun. 2020.

INSTITUTO DATASENADO. **Panorama político 2023**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=panorama-politico-2023>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95. (Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25).

PAULINO, R. O. Geração e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, 89 f. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8BN3G/1/disserta\\_\\_o\\_\\_rafael\\_oliveira.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8BN3G/1/disserta__o__rafael_oliveira.pdf). Acesso em: 5 set. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. [versão Kindle].

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU-Ideias**, ano 16, n. 278, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/278cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PODER360. Lula foi eleito por mulheres, pobres e nordestinos. 01 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-foi-eleito-por-mulheres-pobres-e-nordestinos/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVEIRA, I. B.; GROppo, L. A. As ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 8, n. 14, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2019.8.14.24-48>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG). A identidade sul-mineira: diagnóstico cultural, social e político do Sul de Minas Gerais. 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/aidentidadesulmineira/>. Acesso em: 10 out. 2023.

**Submetido em:** 19/06/2024

**Aprovado em:** 06/08/2024